



**SIMULADO INÉDITO
PARA 1ª FASE DO
XXIX EXAME DE ORDEM DA OAB**



**Estratégia
OAB**



ORDEN DOS ADVOGADOS DO BRASIL-CONSELHO FEDERAL

Simulado - XXIX Exame de Ordem 2019

Nome: _____

INSTRUÇÕES DE APLICAÇÃO DO SIMULADO

- 1 – Esta prova é focada na 1ª fase do XXIX Exame de Ordem da OAB;
- 2 – A prova contém **80 questões** cobrando assuntos de **Conhecimentos Específicos**;
- 3 – **As questões são inéditas** e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora do certame, a FGV;
- 4 – Você receberá, por e-mail, o PDF ou poderá baixar o arquivo que ficará disponível em um artigo na página principal do site do Estratégia Concursos;
- 5 – Você terá das **8h30 às 13h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – Depois que você finalizar as questões, acesse a página principal do site do Estratégia Concursos. Lá, terá um artigo contendo um link para você preencher o seu gabarito no formulário;
- 7 – **O formulário para o preenchimento do Gabarito ficará disponível a partir das 10h30**, após duas horas de prova;
- 8 – Preencha com cuidado as respostas e aguarde o sistema processar a sua Nota Final no simulado.
- 9 – Nosso sistema tem um prazo e o fechamento do Gabarito Eletrônico. Por isso, você só tem até às 13h para preencher o formulário e participar do Ranking;
- 10 – O Ranking Classificatório com os resultados será divulgado após o início da Correção do Simulado.
- 11 - **A partir das 14h, os nossos professores iniciarão a Correção da Prova AO VIVO**, comentando e resolvendo todos os itens das questões. Aproveite para assisti-la AO VIVO e corrigir os erros.

CARTÃO DE RESPOSTAS

1	A	B	C	D	21	A	B	C	D	41	A	B	C	D	61	A	B	C	D
2	A	B	C	D	22	A	B	C	D	42	A	B	C	D	62	A	B	C	D
3	A	B	C	D	23	A	B	C	D	43	A	B	C	D	63	A	B	C	D
4	A	B	C	D	24	A	B	C	D	44	A	B	C	D	64	A	B	C	D
5	A	B	C	D	25	A	B	C	D	45	A	B	C	D	65	A	B	C	D
6	A	B	C	D	26	A	B	C	D	46	A	B	C	D	66	A	B	C	D
7	A	B	C	D	27	A	B	C	D	47	A	B	C	D	67	A	B	C	D
8	A	B	C	D	28	A	B	C	D	48	A	B	C	D	68	A	B	C	D
9	A	B	C	D	29	A	B	C	D	49	A	B	C	D	69	A	B	C	D
10	A	B	C	D	30	A	B	C	D	50	A	B	C	D	70	A	B	C	D
11	A	B	C	D	31	A	B	C	D	51	A	B	C	D	71	A	B	C	D
12	A	B	C	D	32	A	B	C	D	52	A	B	C	D	72	A	B	C	D
13	A	B	C	D	33	A	B	C	D	53	A	B	C	D	73	A	B	C	D
14	A	B	C	D	34	A	B	C	D	54	A	B	C	D	74	A	B	C	D
15	A	B	C	D	35	A	B	C	D	55	A	B	C	D	75	A	B	C	D
16	A	B	C	D	36	A	B	C	D	56	A	B	C	D	76	A	B	C	D
17	A	B	C	D	37	A	B	C	D	57	A	B	C	D	77	A	B	C	D
18	A	B	C	D	38	A	B	C	D	58	A	B	C	D	78	A	B	C	D
19	A	B	C	D	39	A	B	C	D	59	A	B	C	D	79	A	B	C	D
20	A	B	C	D	40	A	B	C	D	60	A	B	C	D	80	A	B	C	D

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**CÓDIGO DE ÉTICA E ESTATUTO DA OAB****Questão 1**

Paulo Sousa, bacharel em direito, sempre teve grande destaque como aluno da graduação, apesar de não ter obtido êxito na prova do exame de ordem. Inconformado com os seus resultados frente ao exame, Paulo decide participar de um processo seletivo em um grande escritório de advocacia para se candidatar a uma das vagas existentes, sendo uma vaga para consultoria e outra para assessoria jurídica.

Diante do caso narrado, assinale a alternativa correta:

- A) Paulo não poderá ocupar a função de consultor jurídico, mas tão somente de assessor jurídico, já que este não exige inscrição na OAB como advogado.
- B) Paulo Sousa poderá ocupar qualquer das funções por ele pretendidas, já que o único requisito legal é a condição de bacharel em direito.
- C) Paulo Sousa poderá ocupar qualquer das funções por ele pretendidas, caso tenha autorização do Conselho Seccional.
- D) Paulo não poderá ocupar a função de assessoria e tampouco de consultoria, já que estas são privativas dos advogados inscritos na OAB.

Questão 2

Dr. Fernandinho, grande advogado na Cidade de Salvador, é investigado por tráfico de drogas, e durante um grampo telefônico observou-se o seu envolvimento, em conjunto, com outro advogado, Dr. Tranqueirinha.

Em uma das gravações analisadas pela polícia, averiguou-se que uma parte das drogas ficava escondida no próprio escritório do Dr. Fernandinho.

Objetivando realizar um flagrante, a polícia obtém um mandado de busca e apreensão a ser realizado no escritório.

Diante dos fatos, assinale a alternativa correta:

- A) Ainda que presentes indícios de autoria e materialidade da prática de crime por parte de advogado, a autoridade judiciária competente não poderá decretar a quebra da inviolabilidade do escritório de advocacia, assim como de seus instrumentos de trabalho.
- B) Quando presentes os indícios de autoria e materialidade da prática de crime por parte de advogado, a autoridade judiciária competente poderá decretar a quebra da inviolabilidade do escritório de advocacia, em decisão motivada, expedindo mandado de busca e apreensão, específico e pormenorizado, a ser cumprido na presença de representante da OAB.

C) A quebra da inviolabilidade do escritório de advocacia será possível, quando houver a presença de representante da OAB, e independente da existência de indícios de autoria e materialidade da prática de crime

D) O advogado em nenhuma hipótese poderá ter a quebra da inviolabilidade do seu local de trabalho.

Questão 3

O advogado Girafales está em dúvida sobre as regras de sigilo profissional no exercício das funções de árbitro.

No que se refere ao sigilo profissional e às relações com o cliente previstos no Código de Ética e Disciplina da OAB, assinale a opção correta.

- A) O sigilo profissional é de ordem pública, e dependendo de solicitação de reserva que lhe seja feita pelo cliente.
- B) O advogado, quando no exercício das funções de árbitro, não se submete às regras de sigilo profissional.
- C) O advogado tem a opção de guardar sigilo dos fatos de que tome conhecimento no exercício da profissão.
- D) O sigilo profissional cederá em face de circunstâncias excepcionais que configurem justa causa, como nos casos de grave ameaça ao direito à vida e à honra ou que envolvam defesa própria.

Questão 4

A advogada Florinda inscrita na OAB-MG passou a ocupar o cargo de Juíza do TJMG. Nesta situação, Florinda ocupando o cargo de Juíza:

- A) poderá advogar, havendo compatibilidade de horários.
- B) continuará inscrita na OAB-MG e exercendo a advocacia, porém ficando impedido de advogar contra a fazenda que a remunera.
- C) terá suspensa a sua inscrição na OAB-MG.
- D) terá cancelada a sua inscrição na OAB-MG.

Questão 5

O advogado Chaves, por motivos pessoais, não mais deseja continuar patrocinando determinada causa. Neste caso, em obediência ao que dispõe o Estatuto da Advocacia e da OAB, ele deverá:

- A) renunciar ao mandato e continuar representando seu cliente por trinta dias, salvo se este constituir novo advogado antes do término do prazo.
- B) fazer um substabelecimento sem reservas de poderes para outro advogado e depois comunicar o fato ao cliente, que obrigatoriamente deverá aceitar.

C) comunicar ao cliente a renúncia ao mandato e funcionar no processo nos dez dias subsequentes, caso outro advogado não se habilite antes.

D) comunicar ao cliente a desistência do mandato e indicar outro advogado para a causa, o qual deve ser, obrigatoriamente, contratado pelo cliente.

Questão 6

Ricardo Vale é estudante de Direito. Ao ingressar nos últimos anos do curso, ele iniciou estágio em famoso escritório de advocacia em Recife.

Inscrito nos quadros de estagiários da OAB, Ricardo Vale passa a, isoladamente e sob a responsabilidade do advogado, desempenhar diversas funções.

Considerando o Estatuto e o Regulamento da OAB, Ricardo Vale poderá isoladamente e sob a responsabilidade do advogado:

A) retirar e devolver autos em cartório, assinando a respectiva carga.

B) obter junto aos escrivães e chefes de secretarias certidões de peças ou autos apenas de processos findos.

C) assinar petições de juntada de documentos a processos administrativos, mas não de processos judiciais.

D) prestar consultoria, assessoria e direção jurídicas.

Questão 7

A advogada Ritalina, lactante, ao ingressar no TJMG, procurou uma vaga especial para estacionar sua BMW X6, entendendo que teria direito à reserva de vaga. Considerando o caso narrado, de acordo com o Estatuto da Advocacia e da OAB, assinale a afirmativa correta.

A) Ritalina tem preferência na ordem das sustentações orais e das audiências a serem realizadas a cada dia, mediante comprovação de sua condição.

B) Ritalina tem reserva de vaga em garagens dos fóruns dos tribunais.

C) Ritalina tem direito a entrar em tribunais sem ser submetida a detectores de metais e aparelhos de raios X.

D) Ritalina, por ser lactante, não tem mais direito a ter acesso à creche, onde houver, ou a local adequado ao atendimento das necessidades do bebê.

Questão 8

O advogado Wagner Damazio exerce suas atividades em um escritório no Estado de Minas Gerais, território em que ele estabeleceu o seu domicílio profissional. Dr. Damazio, no entanto, também patrocinará seis causas no Estado do Espírito Santo dentro de um ano.

Considerando o caso narrado, assinale a afirmativa correta.

A) A inscrição principal de Damazio deve ser realizada no Conselho Seccional de Minas Gerais. Além da principal, Damazio deverá promover a inscrição suplementar no Conselho Seccional do Espírito Santo, já que esta é exigida diante de intervenção judicial que exceda cinco causas por ano.

B) O Estatuto da Advocacia e da OAB não impõe que Damazio requeira inscrição suplementar, neste caso.

C) De acordo com o Estatuto, a inscrição suplementar no Conselho Seccional do Espírito Santo será facultativa.

D) Com a inscrição no Conselho Seccional de Minas Gerais, Damazio poderá patrocinar até 7 causas em outros estados.

FILOSOFIA DO DIREITO

Questão 9

Segundo a teoria tridimensional do direito:

A) A construção jurídica se faz por meio de três elementos: evento, preceito e norma.

B) A análise dos fatos jurídicos prescinde da interação do fato com a validade social.

C) A norma representa uma solução temporária de uma tensão dialética entre fatos e valores.

D) O valor se refere ao fator objetivo, dentro do ser, ao passo que o fato se refere ao elemento subjetivo, dentro do dever ser.

Questão 10

Sobre os métodos de interpretação, marque a opção CORRETA:

A) Não sendo mais válida a máxima interpretatio cessat in claris, o método gramatical de interpretação caiu em desuso.

B) A técnica interpretativa histórica busca extrair o significado da norma dentro de contextos, pressupondo que a interconexão entre sentidos, partes do todo, é importante para a obtenção do correto significado.

C) Em caso de produção legislativa satisfatória, o sentido de uma norma pode ser extraído de seus próprios termos, sem depender da relação com outras normas do ordenamento.

D) O preceito de que toda e qualquer lei visa a uma finalidade social é base da interpretação teleológica.

DIREITO CONSTITUCIONAL**Questão 11**

O chefe do Poder Executivo do Estado Alfa, por decisão administrativa, resolveu cobrar uma taxa de matrícula na Universidade Pública do Estado. O Aluno Jorge, matriculado no 2º período do curso de Direito, tomou conhecimento que o Supremo Tribunal Federal já editou uma súmula vinculante sobre o tema, de modo ser impossível a cobrança da taxa de matrícula das universidades públicas. Irresignado com a decisão proferida, Jorge procura seu amigo Pedro, experiente advogado, para saber qual a medida processual cabível para fazer valer o entendimento da Suprema Corte. De acordo como a CRFB/88, é possível afirmar que há o cabimento do(a):

- A) Habeas Data, requerendo explicações do Município Alfa.
- B) Ação Popular, visando anular o ato lesivo ao patrimônio público.
- C) Reclamação Constitucional no Supremo Tribunal Federal.
- D) Ação Direta de Inconstitucionalidade, questionando o ato expedido.

Questão 12

Em 2010, um tratado internacional de proteção aos direitos humanos, após ter sido celebrado pelo Presidente da República, foi aprovado em cada uma das casas do Congresso Nacional, em dois turnos e por três quintos dos votos dos respectivos membros, sendo promulgado na ordem jurídica interna. Após a internalização, um partido político com representação no Congresso Nacional percebeu que ele era incompatível com a Constituição, por ampliar direitos e garantias individuais. O partido político resolve então propor uma Ação Direta de Inconstitucionalidade para questionar o referido tratado. Com base na situação apresentada, marque a alternativa correta.

- A) O tratado é materialmente inválido, visto que não é possível qualquer alteração nos direitos e garantias individuais, tendo ocorrido uma violação a cláusula pétrea.
- B) O tratado é formal e materialmente válido, tendo em vista que houve ampliação de direitos e garantias individuais e não uma restrição total (abolição).
- C) O tratado é formalmente inválido, visto ser necessária a sua aprovação em cada uma das casas do Congresso Nacional, em três turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros. Em hipótese alguma, seria possível a submissão de um tratado internacional a controle de constitucionalidade.
- D) O tratado é formal e materialmente inválido, visto que não é possível qualquer alteração a direitos e garantias individuais. Há ainda violação a cláusula pétrea e é necessário que seja aprovado em cada casa do Congresso

Nacional, em dois turnos, por dois quintos dos votos dos respectivos membros.

Questão 13

O Estado Beta, bastante preocupado com os acidentes provocados por veículos em alta velocidade, elaborou uma lei estadual para aplicar penalidades através da instalação de meio tecnológico para controlar a velocidade dos veículos. Um grupo de estudantes de Direito estava questionando a possibilidade de o Estado elaborar tal lei. Assinale a alternativa correta com relação à situação apresentada.

- A) O Estado Beta possui competência legislativa concorrente com a União para dispor sobre a instalação de meios tecnológicos para controlar a velocidade dos veículos.
- B) É inconstitucional lei estadual que trate de instalação de meios tecnológicos para controlar a velocidade dos veículos, visto se tratar de competência privativa da União.
- C) É inconstitucional a lei editada pelo Estado Beta, por se tratar de competência dos Municípios.
- D) É constitucional a lei editada pelo Estado Beta, visto que o Estado tem competência comum com os demais entes federados para legislar sobre a matéria.

Questão 14

A Lei X foi promulgada em 1986, sendo constitucional em relação à Constituição de 1967. No entanto, alguns parlamentares ficaram com dúvidas com relação à análise da Lei X em face da Constituição de 1988, levantando muitos debates sobre o tema. Diante do caso apresentado, assinale a alternativa correta.

- A) Se a lei X for compatível formalmente com a Constituição de 1988, acontecerá o fenômeno da recepção.
- B) A lei X deve ser compatível com a Constituição de 1988 material e formalmente para ser recepcionada.
- C) Se a lei X for compatível materialmente com a Constituição de 1988, ela será recepcionada.
- D) A lei X será automaticamente revogada, ainda que compatível material e formalmente com a Constituição de 1988.

Questão 15

Maria, governadora do Estado X, tem uma união estável com Bruno. Na vigência do mandato de Maria, Bruno, um renomado professor, muito atuante na vida política, resolve candidatar-se ao cargo de deputado estadual no referido Estado. A partir das informações apresentadas e com base na Constituição Federal de 1988, é correto afirmar que:

- A) Inexiste vedação constitucional para que Bruno

concorra ao cargo de deputado estadual.

B) Só haveria vedação caso Maria e Bruno fossem casados.

C) Bruno poderá se candidatar, desde que não seja pelo mesmo partido político de Maria.

D) Bruno não poderá se candidatar por vedação constitucional, enquanto durar o mandato de Maria, visto que segundo STF a vedação se estende à União Estável.

Questão 16

Maria, alemã, com 40 anos de idade, ao completar 20 anos de residência ininterrupta no Brasil, sem condenação penal, decide assumir a nacionalidade brasileira, naturalizando-se. Quando o processo de naturalização estava em curso, foi surpreendida com a aprovação em um concurso público. Quando da posse no cargo, Maria só estava com o requerimento de aquisição de nacionalidade brasileira. Nesse sentido, procurou uma orientação jurídica de um advogado especialista. Com base no caso apresentado, assinale a alternativa que contempla a resposta que deverá ser dada pelo advogado.

A) A opção mais rápida para Maria será se casar com brasileiro nato para adquirir a nacionalidade brasileira.

B) O mero requerimento de aquisição da nacionalidade brasileira não será suficiente para posse, tendo em vista que o reconhecimento de naturalização possui efeitos não retroativos.

C) O requerimento de aquisição da nacionalidade brasileira será suficiente no caso de Maria, viabilizando a posse no cargo, visto que o reconhecimento de naturalização possui efeitos declaratórios e retroativos, segundo entendimento do Supremo Tribunal Federal.

D) O requerimento de aquisição da nacionalidade brasileira será suficiente no caso de Maria, por ter efeitos constitutivos, viabilizando assim a posse no cargo, de acordo com previsão expressa na Constituição de 1988.

Questão 17

A União, estabeleceu com a Lei nº 123/2017, requisitos mais dificultosos para a regularização de empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e com sede e administração no país. Alguns parlamentares, entendendo que a lei afronta diretamente disposição da Constituição, resolvem impugná-la. Com base no caso hipotético apresentado, assinale a alternativa correta.

A) A lei pode ser impugnada por Ação Direta de Inconstitucionalidade.

B) A lei pode ser impugnada perante o Supremo Tribunal Federal por meio de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental.

C) A lei pode ser impugnada por Mandado de Injunção.

D) A lei pode ser impugnada por Ação Direta de

Inconstitucionalidade por Omissão, visto que disciplinou apenas as empresas de pequeno porte, sendo omissa com relação às outras empresas.

DIREITOS HUMANOS

Questão 18

Em relação ao entendimento jurisprudencial em matéria afeta à pessoa com deficiência, assinale a alternativa correta:

A) O deficiente por visão monocular não tem direito de concorrer, em concurso público, às vagas reservadas aos deficientes.

B) O deficiente por surdez unilateral qualifica-se como pessoa com deficiência para disputar vagas reservadas em concursos públicos.

C) A sentença de interdição, salvo pronunciamento judicial expresso em sentido contrário, opera efeitos *ex tunc*.

D) A partir da Lei 13.146/2015, observa-se dissociação necessária e absoluta entre o transtorno mental e o reconhecimento da incapacidade, ou seja, a definição automática de que a pessoa com debilidade mental, de qualquer natureza, implicaria na constatação da limitação de sua capacidade civil deixou de existir.

Questão 19

Ao discorrer sobre a hierarquia dos tratados internacionais de direitos humanos, Ingo Wolfgang Salter, conclui: "enquanto não sobrevenha uma posição uniformizadora, ao que tudo indica, são duas as possibilidades atualmente reconhecidas pelo STF: a) hierarquia (equivalente) de emenda constitucional, no caso dos tratados de direitos humanos incorporados mediante observância do rito estabelecido pelo parágrafo 3º do artigo 5º da CF; b) hierarquia supralegal, aplicável aos tratados de direitos humanos ratificados pelo sistema convencional, por meio de Decreto Legislativo aprovado com maioria simples.". Considerando ser esse o posicionamento atual do STF, necessário bem compreender o conceito de controle de convencionalidade, assim entendido como

A) o controle, abstrato ou difuso, feitos pelos tribunais brasileiros quanto à compatibilização de nosso ordenamento interno com os tratados e convenções internacionais formal e materialmente constitucionais.

B) o controle feito pelo STF quanto a possibilidade de os tribunais aplicarem ou não o ordenamento jurídico internacional para fundamentação de decisões judiciais internas.

C) o controle efetuado pela Corte Internacional de Justiça (no âmbito da ONU) e da Corte Interamericana de Direitos Humanos (no âmbito da OEA) para buscar a compatibilização entre os sistemas internacionais de Direitos Humanos.

D) controle efetuado pelo Ministério das Relações Exteriores quanto aos tratados que devem ser aplicados ou refutados pelos Congresso Nacional na aprovação dos tratados internacionais.

DIREITO INTERNACIONAL

Questão 20

Maria trabalha na embaixada da Inglaterra no Brasil há mais de 10 anos, sendo responsável pela organização e limpeza das instalações. Devido a problemas familiares, Maria teve que se ausentar do serviço por 5 dias consecutivos e, em virtude disso, foi demitida. Inconformada com a situação, Maria ingressa com reclamação trabalhista perante a Justiça do Trabalho.

Diante da situação hipotética apresentada, assinale a alternativa correta:

- A) A Justiça Federal é que tem competência para conhecer da ação.
- B) A Justiça do Trabalho poderá conhecer da ação, uma vez que não há imunidade de jurisdição do Estado estrangeiro em causas de natureza trabalhista.
- C) Não há imunidade de execução do Estado estrangeiro em causas trabalhistas.
- D) A Inglaterra não se submete à jurisdição trabalhista brasileira e, portanto, o juiz do trabalho não irá conhecer da ação.

Questão 21

A empresa brasileira OMEGAX Alimentos S.A celebrou um contrato de compra e venda internacional com uma empresa chinesa, por meio do qual comprometeu-se a exportar anualmente para a China uma certa quantidade de produtos alimentícios.

Em virtude de exigências burocráticas da Aduana brasileira, a empresa OMEGAX Alimentos S.A não conseguiu exportar a quantidade mínima prevista em contrato. A empresa chinesa, inconformada, aciona o Poder Judiciário brasileiro. Considerando que o contrato foi celebrado na China, assinale a alternativa correta:

- A) O Poder Judiciário brasileiro tem competência para apreciar o litígio, devendo aplicar a legislação chinesa.
- B) O Poder Judiciário brasileiro tem competência para apreciar o litígio, devendo aplicar a legislação brasileira.
- C) O Poder Judiciário brasileiro não tem competência para apreciar o litígio, uma vez que o contrato foi celebrado na China.
- D) O litígio deverá ser submetido ao exame do Poder Judiciário da China, com aplicação da legislação chinesa.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Questão 22

A União instituiu, por meio de lei ordinária, um imposto residual não previsto na Constituição Federal, não-cumulativo e que não tem fato gerador ou base de cálculo próprios dos impostos discriminados na Constituição Federal. Sobre a hipótese, é correto afirmar que esse novo imposto:

- A) Não deve se submeter ao Princípio da Anterioridade de Exercício ou Anual.
- B) Deveria ter sido criado por meio de lei complementar.
- C) Não deve se submeter ao Princípio da Anterioridade Nonagesimal ou Noventena.
- D) Deveria ter sido criado por meio de emenda constitucional.

Questão 23

Autarquia Federal, proprietária de bem imóvel, firmou contrato de cessão de direitos com empresa privada exploradora de atividade econômica com fins lucrativos. O Município X, onde está localizado o imóvel, pretende cobrar o IPTU. Sobre a hipótese apresentada, é correto afirmar que o Município:

- A) Não pode efetuar a cobrança, pois, sendo o imóvel pertencente a uma Autarquia Federal, a incidência do imposto é afastada em razão da imunidade tributária.
- B) Pode efetuar a cobrança, desde que o IPTU seja cobrado da Autarquia Federal, que é a contribuinte do imposto.
- C) Não pode efetuar a cobrança, pois, sendo o imóvel pertencente a uma Autarquia Federal, a incidência do imposto é afastada em razão de preclusão tributária.
- D) Pode efetuar a cobrança, desde que o IPTU seja cobrado da empresa cessionária, que é a contribuinte do imposto.

Questão 24

Gabriel faleceu recentemente e deixou débitos de Imposto de Renda pendentes de pagamento, cujos fatos geradores ocorreram anteriormente à data do seu óbito. Feita a partilha dos bens, que superam o valor desse imposto devido, os sucessores se negaram a recolher o Imposto de Renda pendente de pagamento, com base na alegação de que os herdeiros são menores (têm 6 e 8 anos de idade) e que não podem ser responsabilizados por dívidas tributárias deixadas pelo de cujus, anteriores à data da abertura da sucessão. Sobre a hipótese descrita, é correto afirmar que o Imposto de Renda em questão:

- A) Não é devido porque os fatos geradores são anteriores à abertura da sucessão.
- B) Não é devido porque os herdeiros são menores.

C) Foi transferido para a responsabilidade tributária dos sucessores em razão da partilha de bens.

D) Foi extinto, pois a morte do contribuinte é hipótese extintiva do crédito tributário.

Questão 25

A União publicou uma lei instituindo a progressividade do ITR em razão do valor do imóvel, com o objetivo de aumentar a arrecadação do imposto. Sobre a hipótese, é correto afirmar que a lei em questão:

A) É inconstitucional, pois o ITR só pode ser progressivo para desestimular a manutenção de propriedades improdutivas.

B) É constitucional, pois o valor venal é um dos critérios constitucionalmente admitidos para a progressividade desse imposto.

C) É inconstitucional, pois o ITR só se submete à progressividade fiscal.

D) É constitucional, desde que haja convênio entre a União e os Municípios onde localizados os imóveis objetos da incidência tributária.

Questão 26

O Município X ajuizou execução fiscal em face de João por débito de IPTU relativo a fato gerador ocorrido em 2018. Após o ajuizamento dessa execução e da tentativa de citação, o Município obteve a informação de que o Executado havia falecido em meados do ano de 2017, morte essa confirmada mediante a juntada, nos autos da execução, do respectivo atestado de óbito. Diante disso, o Município requereu nos autos a substituição da Certidão da Dívida Ativa (CDA) que ampara a execução, de modo a prosseguir com a cobrança em face do atual proprietário do bem. Diante dessa hipótese, é correto afirmar que:

A) A Certidão de Dívida Ativa (CDA) que ampara o processo de execução fiscal em questão poderá ser substituída, desde que até a decisão de primeira instância, assegurada ao executado a devolução do prazo para embargos.

B) A Exequente não poderá substituir a Certidão de Dívida Ativa (CDA), pois, não obstante a autorização legal para que se emende ou substitua essa certidão, isso não pode ocasionar a modificação do sujeito passivo da execução.

C) A Certidão de Dívida Ativa (CDA) que ampara o processo de execução fiscal em questão poderá ser substituída, desde que haja anuência do atual proprietário do bem.

D) É expressamente vedada pelo ordenamento jurídico qualquer emenda ou substituição de Certidão de Dívida Ativa (CDA).

DIREITO ADMINISTRATIVO

Questão 27

Alexia, estudante de engenharia civil, em razão dos elevados índices de desemprego e da dificuldade de conseguir um estágio, resolveu iniciar os estudos para ingressar no serviço público. Faltando exatamente seis meses para concluir a faculdade, o Tribunal de Justiça do Estado X publica edital de concurso para provimento do cargo efetivo de engenheira civil. A estudante inscreveu-se no certame e foi aprovada. Dois meses depois da colação de grau, Alexia é agraciada com sua tão sonhada nomeação.

Com base no caso narrado, assinale a afirmativa correta.

A) Alexia não poderá tomar posse do cargo, pois o diploma necessário para o exercício do cargo deve ser exigido na inscrição para o concurso público e não na posse.

B) De acordo com a Legislação Pátria, Alexia só poderá assumir o cargo de engenheira civil após decorrer 6 (seis) meses da colação de grau.

C) Alexia poderá tomar posse do cargo, pois o diploma necessário para o exercício do cargo deve ser exigido na posse e não na inscrição para o concurso público.

D) Alexia poderá tomar posse do cargo, pois o diploma necessário para o exercício do cargo deve ser exigido na inscrição para o concurso público e não na posse.

Questão 28

O Município Alfa localizado na área costeira do nordeste brasileiro, após a realização de projeto básico e do projeto executivo pelo próprio ente federativo, promoveu licitação na modalidade concorrência, para a construção de uma ciclovia na área costeira. Na licitação sagrou-se vencedora a sociedade empresária Peba S.A.

Em seguida, a mesma sociedade empresária foi contratada, seguindo os trâmites legais, e executou o respectivo objeto, sem qualquer falha. Pouco depois da inauguração, parte da obra desmoronou, na medida em que os estudos realizados para o projeto básico e para o projeto executivo não levaram em consideração o impacto das marés altas na ciclovia. O incidente levou a óbito Josué, que trafegava na localidade, no exato momento do ocorrido. Diante do exposto, assinale a afirmativa correta.

A) Para que a família de Josué tenha direito a indenização não será obrigatória a demonstração de dolo e culpa da sociedade empresária Peba S.A.

B) Em lugar de realizar o projeto básico, o Município Beta poderia ter incluído sua elaboração, juntamente com a execução das obras, no objeto da licitação em questão.

C) Para que seja atribuída responsabilidade à sociedade empresária Peba S.A. será necessária a demonstração de culpa ou dolo, visto que a sociedade agiu nos exatos termos do projeto básico, do edital e do contrato.

D) Independentemente de dolo ou culpa da sociedade

empresária Peba S.A., a família de Josué não fará jus a indenização, tendo em vista a culpa da vítima que não poderia passar pela ciclovia na maré alta.

Questão 29

O Município X realizou um estudo para efetuar a compra de materiais necessários para aparelhar as salas de aula das escolas municipais, com o fim de substituir ou repor aqueles existentes, que se encontram em estado precário.

Concluiu pela necessidade de aquisição de dez mil novas carteiras, o que fez constar do respectivo edital de licitação, na modalidade pregão, no qual se sagrou vencedora a sociedade empresária Carteirada Ltda, com quem contratou o respectivo fornecimento.

A auditoria efetuada depois de formalizado tal contrato verificou que o estudo que instruiu a especificação do objeto contratado não levou em conta a existência, em perfeito estado, de cerca de mil carteiras recém-adquiridas, equivocadamente enviadas ao depósito municipal.

A autoridade competente, alegando a existência de carteiras novas em depósito, promoveu a alteração unilateral do contrato para suprimir o quantitativo de mil carteiras e, em consequência, reduziu o valor global do contrato em dez por cento, em correspondência à supressão de mil carteiras do total de dez mil. É certo que a contratada já estava em vias de adquirir do fabricante todos os bens necessários para o cumprimento da avença originária.

Diante da narrativa, assinale a alternativa correta.

A) A sociedade empresária Carteirada Ltda é obrigada a suportar a supressão quantitativa introduzida unilateralmente pelo Município contratante, porque a supressão se conteve no limite de 25% do valor inicial do contrato.

B) A sociedade empresária Carteirada Ltda é obrigada a suportar a supressão quantitativa introduzida unilateralmente pelo Município contratante, porque a supressão se conteve no limite de 30% do valor inicial do contrato.

C) A sociedade empresária Carteirada Ltda não é obrigada a suportar a supressão quantitativa introduzida unilateralmente pelo Município contratante, porque a supressão se conteve no limite de 5% do valor inicial do contrato.

D) A sociedade empresária Carteirada Ltda não é obrigada a suportar a supressão quantitativa introduzida unilateralmente pelo Município contratante, porque a supressão se conteve no limite de 15% do valor inicial do contrato.

Questão 30

Alexandre, médico de um hospital federal, é plantonista na emergência da unidade de saúde. Determinado dia, ao chegar ao local de trabalho, é notificado pela ouvidoria do referido órgão acerca de uma reclamação feita por um paciente na qual é narrado o péssimo atendimento prestado pelo profissional de saúde. Na mesma notificação, a ouvidoria pediu esclarecimentos a Alexandre, que deveriam ser prestados em cinco dias. Por um lapso, Alexandre não deu sua versão sobre o ocorrido. A ouvidoria entendeu, assim, que os fatos narrados pelo paciente eram verdadeiros, razão pela qual o médico foi advertido - apontamento este incluído nos assentamentos funcionais do servidor. Insatisfeito, Alexandre recorreu. Para que o apelo fosse admitido, teve que fazer um depósito de R\$ 500,00 (quinhentos reais) para cobrir custos administrativos decorrentes do pleito de reexame do processo. Diante do fato narrado, assinale a alternativa correta.

A) O não atendimento da notificação implica o reconhecimento da verdade dos fatos narrados pelo paciente.

B) Para que o apelo de Alexandre fosse admitido seria necessário um depósito de R\$. 1000,00 (mil reais) e não de R\$. 500,00 (quinhentos reais).

C) O não atendimento da notificação não implica o reconhecimento da verdade dos fatos narrados pelo paciente.

D) A Administração Pública pode exigir depósito caução como condicionante à análise de recursos administrativos, no entanto, o valor cobrado deverá ser de 10% (dez por cento) do valor da causa.

Questão 31

A sociedade empresária XYZ, percebendo a necessidade de duplicação das faixas de rolamento em uma determinada rodovia federal, apresentou, autorizada pelo poder público, um estudo detalhado para mostrar que a demanda atual era maior do que a capacidade da pista.

No entender da empresa, haveria uma demanda reprimida pela utilização da via, prejudicando e encarecendo o escoamento de grãos para os principais portos brasileiros.

O Governo Federal, ciente das suas limitações orçamentárias, decidiu fazer uma concessão de serviço público precedida da execução de obra pública. Os estudos feitos pela sociedade empresária XYZ foram utilizados na estimativa do fluxo de caixa feita pela Administração e estavam disponíveis para consulta pelos interessados. Após o procedimento licitatório, sagrou-se vencedor o consórcio Unidas, formado pelas empresas A e D.

Diante do exposto, assinale a afirmativa correta.

A) O consórcio vencedor do certame não pode ser obrigado a pagar pelos estudos desenvolvidos pela sociedade empresária XYZ.

B) O consórcio pode ser obrigado a pagar pelos estudos, pois tais estudos são de utilidade para a licitação, foram realizados com a autorização do poder concedente e estavam à disposição dos interessados no certame.

C) O edital pode exigir do consórcio a constituição de sociedade empresária, mesmo que tal exigência não esteja alinhada com o interesse do serviço a ser concedido.

D) O consórcio está obrigado a pagar pelos estudos no montante limite de 35% (trinta e cinco por cento) do valor.

Questão 32

Mariana foi aprovada para o cargo de auditora fiscal do Ministério da Fazenda em 2018. Seis meses após a posse do cargo público, Mariana recebe uma proposta para trabalhar em uma multinacional. Para não se desvincular do serviço público, ela pretende obter licença para tratar de interesses particulares pelo prazo de um ano.

Diante da narrativa, responda a alternativa correta.

A) Mariana poderá obter a licença para tratar de interesses particulares.

B) Mariana não poderá obter a licença, pois esta só pode ser concedida ao servidor que não esteja em estágio probatório.

C) Mariana poderá obter a licença desde que, o período de afastamento do serviço público não ultrapasse 6 (seis) meses.

D) Mariana poderá obter a licença por até um ano, sendo que neste período terá direito à 1/3 (um terço) da remuneração do cargo público.

DIREITO AMBIENTAL

Questão 33

Os estados de São Paulo e do Rio de Janeiro pretendem construir 200 km de ferrovia que irá cortar o território de ambos os estados, mas com a maior área localizada em São Paulo.

Neste caso, a competência para o licenciamento ambiental será:

A) dos dois estados, que deverão atuar de forma conjunta.

B) da União.

C) do estado de São Paulo, que contém a maior área cortada pela rodovia.

D) dos municípios em cujos territórios esteja localizado o empreendimento, uma vez que o licenciamento ambiental de atividades e empreendimentos potencialmente causadores de danos ambientais está incluído entre as competências municipais.

Questão 34

O Presidente da República anunciou que pretende ampliar a oferta de energia nuclear, com a construção de um novo reator. Sobre o tema, marque a opção correta:

A) As usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida em lei federal, sem o que não poderão ser instaladas.

B) A responsabilidade civil por danos nucleares depende da existência de culpa.

C) O licenciamento ambiental da atividade será competência do Município que sediar a usina.

D) É dispensado o licenciamento ambiental, por ser caso de utilidade pública. Há, no entanto, a necessidade de consulta à população diretamente afetada pelo empreendimento.

DIREITO CIVIL

Questão 35

Marcos é casado com Estefani e tem dois filhos, Vinicius e Clara, maiores e capazes. Marcos, que tem os pais ainda vivos, desaparece de seu domicílio, sem deixar notícias ou procurador. Marcos estava separado de fato de Estefani há um ano e mantinha um relacionamento casual com Simone. Sobre o caso, é correto afirmar que

A) A curadoria dos bens de Marcos só poderá ser feita um ano após seu desaparecimento sem que dele se tenha notícias.

B) Estefani será a legítima curadora de Marcos.

C) Os pais de Marcos serão seus curadores, já que ele está separado de fato de seu cônjuge.

D) Vinicius ou Clara deverão ser nomeados curadores, já que Marcos está separado de fato e, na falta do cônjuge, a curadoria caberá primeiramente aos descendentes.

Questão 36

Mauro e Ivan firmaram contrato de compra e venda de um imóvel, no valor de cem salários mínimos, fazendo-o mediante escritura pública. No momento em que o contrato foi firmado, o imóvel não pertencia a Mauro, vendedor, estando em condomínio com seus irmãos. Isso porque o bem pertencia a seu pai falecido, mas Mauro já havia combinado com seus irmãos de comprar a quota deles referente ao imóvel e ser o único proprietário. Mauro explicou a situação a Ivan, que nada disse sobre assunto. Sobre os negócios jurídicos, é correto afirmar que:

A) Não dispondo a lei em contrário, a escritura pública é essencial à validade dos negócios jurídicos que visem à constituição, transferência, modificação ou renúncia de direitos reais sobre imóveis de valor superior a sessenta vezes o maior salário mínimo vigente no País.

B) A impossibilidade inicial do objeto invalida o negócio jurídico.

C) Nas declarações de vontade se atenderá mais à intenção nelas consubstanciada do que ao sentido literal da linguagem.

D) O silêncio não importa anuência, mesmo quando as circunstâncias ou os usos o autorizarem, e não for necessária a declaração de vontade expressa.

Questão 37

Luiz contratou Fábio para transportar ele e seus amigos para um acampamento fora da cidade. Além dos passageiros, o transporte também incluía bagagens, com as barracas e equipamentos de acampamento. Por ser um local distante e perigoso e por passar por dentro de uma mata fechada e desabitada, Fábio previu no contrato uma cláusula de excludente de responsabilidade. De acordo com o caso, responda:

A) A cláusula de excludente de responsabilidade é válida, dado o risco do negócio.

B) A culpa de terceiro é excludente de responsabilidade no contrato de transporte.

C) O transportador pode recusar passageiros, pois os contratos são feitos de forma livre, cabendo a ele a escolha de quem transportar.

D) Caso Luiz e seus amigos não paguem o valor combinado no contrato, após executado o transporte, Fábio poderá reter a bagagem e outros objetos pessoais destes, para garantir-se do pagamento do valor da passagem.

Questão 38

Anastácia retirou uma janela da sala de sua antiga mansão para reformar e depois colocar de volta na sala. Isso porque a peça tem alto valor, pois foi fabricada no século dezoito, por um artista francês muito famoso. Sobre o bem em questão, é correto classificá-lo como:

A) imóvel, infungível, inconsumível e indivisível.

B) imóvel, fungível, consumível e divisível.

C) móvel, fungível, inconsumível e indivisível.

D) móvel, infungível, inconsumível e indivisível.

Questão 39

Felipe, médico, realizou uma cirurgia em Marcia, que ficou com sequelas. Maiara é dona de um cachorro, que fugiu e atacou um ciclista na rua. Carlos é pai de Enzo, atualmente com dezesseis anos, que se envolveu em uma briga com um colega e acabou quebrando o braço do rapaz. Samuel, motorista, bateu um dos carros de João, seu empregador, ao acertar a traseira de um outro veículo. Quanto à responsabilidade civil, é correto afirmar.

A) A responsabilidade de Felipe, Maiara, Carlos e João é objetiva, sendo todos responsáveis pelos danos causados, independente de comprovação de culpa.

B) Carlos e João têm ação regressiva contra os causadores dos danos.

C) A responsabilidade de João é objetiva, mas a responsabilidade de Samuel é subjetiva.

D) Maiara não responderá pelos danos causados, pois seu cachorro fugiu, não havendo mais responsabilidade de sua parte pelos danos causados.

Questão 40

Otávio comprou um carro de Teresa por R\$ 15.000,00, devendo pagar esse valor em dinheiro, no domicílio de Teresa. Alguns meses antes, Teresa pegou um valor emprestado com Otávio, para pagar uma dívida de R\$ 6.000,00, valor a ser pago no domicílio de Otávio. Sobre a alternativa, é correto afirmar que

A) As dívidas de Teresa e Otávio não podem ser compensadas, pois não houve previsão expressa das partes.

B) Teresa, notificada, ao nada opor à cessão que Otávio faz a Pedro, pode posteriormente opor contra esta a compensação, que antes da cessão teria podido opor em face de Otávio.

C) Não poderá haver compensação, dado a diferença de causas na dívida.

D) Como as duas dívidas não são pagáveis no mesmo lugar, não se podem compensar sem dedução das despesas necessárias à operação.

Questão 41

Alessandro hipotecou sua casa em favor de Adriana, em virtude de uma dívida. Alguns meses depois, Alessandro se mudou para outro estado, deixando a casa abandonada. Cleiton, ao ver a casa abandonada, passou a nela morar, permanecendo lá por quinze anos. Cleiton não conhece Alessandro ou Adriana. Com base no caso responda:

A) Cleiton não poderá requerer a usucapião, tendo em vista a hipoteca em favor de Adriana.

B) A posse de Cleiton é justa e de boa-fé, sendo que a hipoteca não poderá ser impedimento para a aquisição do imóvel por usucapião.

C) Cleiton poderá adquirir o imóvel por usucapião, mas a hipoteca permanecerá, pois é em relação ao imóvel, permanecendo mesmo que o proprietário seja outro.

D) A posse de Cleiton é justa, mas não pode ser considerada de boa-fé, dada a existência da hipoteca.

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Questão 42

Débora, de 20 anos, ficou grávida de um namorado que não quis assumir o filho. Considerando-se muito jovem, relata, em atendimento junto à UPA, ter decidido entregar o filho para adoção. Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, a jovem deverá ser obrigatoriamente encaminhada, sem constrangimento, para:

- A) o Conselho Tutelar.
- B) o Ministério Público.
- C) o CREAS.
- D) a Justiça da Infância.

Questão 43

João e Cecília residem no Uruguai e desejam adotar uma criança brasileira. Ingressam com o pedido de adoção no Brasil. Depois de todos os trâmites legais, o casal é chamado para iniciar o processo de estágio de convivência com uma criança.

Nesse sentido, o ECA determina que esse estágio:

- A) realizar-se-á no país de residência dos postulantes à adoção, pelo prazo máximo de 90 dias, retornando ao Brasil para avaliação;
- B) inicialmente se dará no Brasil por 30 dias, sob a supervisão diária de uma instituição de acolhimento;
- C) será cumprido no território nacional, preferencialmente na comarca de residência da criança ou adolescente;
- D) acontecerá na capital do estado de nascimento da criança, de modo que a Vara da Infância ou a Defensoria Pública possam acompanhar o processo.

DIREITO DO CONSUMIDOR

Questão 44

Cansado de lavar louça todos os dias, Henrique foi até a loja de eletrodomésticos para comprar uma moderna máquina lava-louças. Chegando à loja, Henrique avistou uma máquina que continha um cartaz com os seguintes dizeres: "Máquina Lava-louças Limpa Tudo, economia total, sem precisar utilizar um detergente específico".

Feliz da vida com sua nova máquina de lavar louças, Henrique utiliza na máquina detergente líquido comum, fato este que ocasionou um dano no aparelho, deixando-o completamente inutilizável.

Diante do fato narrado, assinale a alternativa correta.

- A) Henrique não terá qualquer garantia para realizar a troca ou o reparo do produto, visto que ele utilizou detergente inadequado para a máquina lava-louças.
- B) O cartaz caracteriza publicidade enganosa, pois foi capaz de induzir Henrique a erro quanto às verdadeiras características do produto.

C) O cartaz caracteriza publicidade abusiva, pois foi capaz de induzir Henrique a utilizar detergente inadequado para o produto.

D) De acordo com a legislação consumerista, a situação hipotética apresentada caracteriza publicidade enganosa por omissão.

Questão 45

Priscila comprou uma Smart TV na loja Tem de Tudo Ltda e quinze dias após a compra o aparelho parou de funcionar. Priscila foi até a loja para solicitar o reparo do aparelho, contudo não foi possível identificar o fabricante. A loja Tem de Tudo Ltda negou qualquer providência, alegando que não tinha responsabilidade por defeito de fabricação. Diante do caso apresentado, assinale a alternativa correta.

- A) A loja está correta visto que cabe somente ao fabricante reparar produto com defeito de fabricação, dada a inexistência de responsabilidade do comerciante.
- B) Em nenhuma hipótese o comerciante responderá por produtos defeituosos colocados à disposição do consumidor
- C) Caso efetue a reparação para Priscila, a loja não poderá exercer o direito de regresso contra a fabricante.
- D) Priscila poderá exigir a reparação diretamente com a loja, pois não foi possível identificar o fabricante da televisão.

DIREITO EMPRESARIAL

Questão 46

A Empresa Alpha distribuiu um pedido de recuperação judicial contra a empresa Beta, sendo o processamento deferido pelo juiz. Após, a Assembleia-Geral de credores, rejeitou o plano de recuperação apresentado pelo devedor, por ter sido reprovado por todas as classes de credores, nesse caso, o juiz deverá:

- A) conceder do devedor prazo de 30 dias para formular plano alternativo, a fim de que seja submetido à Assembleia-Geral de credores.
- B) determinar ao administrador judicial a formulação de plano alternativo no prazo de 30 dias, a fim de que seja submetido à Assembleia-Geral de credores.
- C) decretar a falência do devedor, contra o que caberá a interposição de apelação.
- D) decretar a falência do devedor, contra o que caberá a interposição de agravo de instrumento.

Questão 47

A Sociedade Comercial Beta S/A tem o seu capital social dividido em ações, sendo a responsabilidade dos sócios limitada ao preço de emissão das respectivas ações subscritas ou adquiridas. O seu funcionamento está sob o controle fiscalizador e comando econômico das autoridades governamentais. Com base na lei das Sociedades por Ações, assinale a opção INCORRETA:

- A) As S/A têm seu capital dividido em Ações, cada ação representa uma fração do capital de uma S/A, sendo este capital limitado no preço da emissão. A empresa só emite a ação com autorização da CVM.
- B) A sociedade anônima terá seu patrimônio comunicável com o individual de cada um de seus sócios.
- C) As ações das S/A quanto à natureza dos seus direitos podem ser: Ações Ordinárias ou Comuns, Preferenciais ou Fruição ou de Gozo.
- D) Quanto à forma, as ações são emitidas pelas S/A podem ser: Nominativas, com ou sem valor nominal ou Ações Escriturais.

Questão 48

A previsão da possibilidade de desconconsideração da personalidade jurídica existe para impedir que abusos e fraudes cometidos por sócios e ou administradores causem a consumidores prejuízos e danos de outro modo irreparáveis. O ordenamento jurídico estabelece que o instituto da desconconsideração.

- A) Atinge a objetiva e subsidiariamente as sociedades controladas e as simplesmente coligadas.
- B) Depende da demonstração cabal da insolvência da pessoa jurídica devedora.
- C) É medida excepcional, judicialmente determinada, diversa da extinção da pessoa jurídica.
- D) Submete-se, como exercício de direito potestativo, a prazo decadencial e ação própria.

Questão 49

A patente de Modelo de Utilidade é:

- A) protegida por 20 anos a contar da concessão.
- B) improrrogável.
- C) protegida nas mesmas condições da marca tridimensional.
- D) é protegido por 15 anos a contar do registro marcário.

Questão 50

A respeito do cheque, é CORRETO afirmar:

- A) Cheque prescrito não pode, em hipótese alguma, ser protestado no cartório de protesto de títulos de crédito, sob pena de o apresentante responder civilmente por ato ilícito, podendo, assim, ser obrigado a reparar danos materiais e morais do emitente.
- B) Cabe ao tabelião de protesto, devendo ele investigar a ocorrência da prescrição do cheque lhe apresentado a protesto, a fim de evitar a ocorrência de danos ao emitente e de responder, solidariamente, pela sua reparação.
- C) Tendo em vista que o cheque é ordem de pagamento à vista, sendo considerada não escrita qualquer menção ou cláusula contratual em contrário (Lei nº 7.357, de 02 de setembro de 1985), nenhum dano sofrerá o emitente, caso o beneficiário apresente o cheque pré-datado (ou pós-datado, como preferem alguns) à cobrança antes da data nele prevista para pagamento.
- D) De acordo com o enunciado 503 da súmula do Superior Tribunal de Justiça, o prazo para ajuizamento de ação monitória em face do emitente de cheque sem força executiva é quinquenal, a contar do dia seguinte à data de emissão estampada na cártula.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Questão 51

Priscila alugou um de seus imóveis residenciais de luxo em São Paulo a Roserval Jr. O imóvel foi legitimamente sublocado por Roserval Jr. a Diego. Após cinco meses de execução do contrato e dado o inadimplemento dos aluguéis, Priscila ajuíza ação de despejo contra Roserval Jr.

Você, procurador de Diego, ciente do ocorrido,

- A) sugere pedir autorização às partes para que ingresse no processo por intermédio do chamamento ao processo.
- B) sugere ingressar voluntariamente no processo na qualidade de assistente litisconsorcial do locatário.
- C) sugere ingressar voluntariamente no processo na qualidade de assistente simples do locatário.
- D) sugere o ingresso na demanda até o momento do saneamento do processo, uma vez que a legislação processual veda intervenção de terceiros a partir do curso da fase instrutória.

Questão 52

Joana, portuguesa, e Felipe, brasileiro, ambos domiciliados em Portugal, por força de decisão judicial estrangeira, romperam seu vínculo matrimonial e, em partilha de bens, fora fixado que o imóvel situado em Curitiba passaria a pertencer exclusivamente a Felipe e o imóvel de Portugal passaria a pertencer exclusivamente a Joana.

Em relação a essa decisão estrangeira, é correto afirmar que:

- A) Poderá ser homologada no Brasil, pois Felipe é brasileiro e não há óbice para que a autoridade judiciária brasileira conheça da demanda de divórcio.
- B) Não poderá ser homologado no Brasil, pois a competência para partilha de bens, no caso, pertence à autoridade judiciária brasileira, com exclusão de qualquer outra.
- C) poderá ser homologado no Brasil, pois a obrigação deverá ser cumprida no Brasil e não há na lei brasileira impedimento para o divórcio.
- D) não poderá ser homologado no Brasil, pois não se admite o exercício de atividade jurisdicional brasileira quando as partes têm domicílio fora do território nacional.

Questão 53

Rodrigo propôs ação de indenização por danos morais contra Paulo. Na petição inicial, Rodrigo requer a concessão de gratuidade da justiça sem apresentar declaração de hipossuficiência. A gratuidade é concedida pelo Juízo. Paulo, ciente de que Rodrigo possui muitos imóveis na cidade de São Paulo, procura você, advogado civilista, para a defesa.

Nesta hipótese, qual o meio hábil para impugnar esta decisão?

- A) agravo de instrumento, sob pena de preclusão.
- B) preliminar de contestação, sem a instauração de incidente apartado.
- C) simples petição, no prazo de quinze dias a partir da data da citação, sob pena de preclusão.
- D) simples petição e a qualquer tempo do processo, uma vez que o deferimento da gratuidade não gera preclusão.

Questão 54

Ricardo Vale requereu, como tutela provisória de urgência, em caráter antecedente, o bloqueio de cem mil reais na conta de Igor Maciel, a título de garantia para a eventual procedência de pedido de condenação pecuniária em demanda a ser ajuizada. Deferida a medida, não houve impugnação. Em face disso, o juízo considerou estabilizada a demanda e extinguiu o processo sem o julgamento do mérito.

Você, ao ser consultado sobre o caso, acertadamente conclui:

- A) O processo deveria ser extinto com o julgamento do mérito.
- B) O juízo deveria ter aguardado a contestação, tendo em vista que a impugnação à estabilização pode ser realizada na contestação.
- C) A tutela provisória concedida não é suscetível de estabilização.
- D) A juiz deveria ter indeferido a tutela em questão, porque não cabível em caráter antecedente.

Questão 55

Em uma execução autônoma, por força de uma nota promissória vencida, no valor de cem mil reais, o devedor Cristiano Rodrigues é citado e não realiza o pagamento da dívida no prazo legal de três dias. Todavia, ainda no prazo dos embargos, reconhece o crédito do exequente Ivan Marques e deposita 30% do valor da dívida, acrescida das custas e honorários, e requer o parcelamento do débito restante em seis parcelas mensais, acrescidas de correção e juros legais. Ainda sem manifestação do juízo sobre seu requerimento de parcelamento, Cristiano Rodrigues opõe os embargos no último dia legal do prazo, alegando excesso de execução.

Nessa hipótese, deverão ser os embargos:

- A) admitidos, pois haveria preclusão temporal caso não admitido pelo juízo o parcelamento requerido;
- B) inadmitidos, pois a opção pelo parcelamento importa renúncia ao direito de opor embargos;
- C) admitidos, e a opção desta via defensiva importa em desistência ao requerimento de parcelamento ainda não apreciado;
- D) inadmitidos, pois não cabe discutir excesso de execução em título executivo extrajudicial;

Questão 56

Alessandro Sanches, procurador de Paulo Sousa, toma conhecimento de sentença desfavorável aos interesses do cliente. Recorre, com presteza, já no segundo dia do prazo. Não notou, contudo, que a parte adversa interpôs embargos de declaração com o fito de ver sanada omissão da sentença.

Diante de tal situação, a apelação interposta por Alessandro será

- A) tempestiva, condicionada a ratificação.
- B) intempestiva por precocidade.
- C) tempestiva, sem ressalvas.
- D) intempestiva, salvo na hipótese de recurso adesivo.

Questão 57

O autor, na petição inicial, formulou dois pedidos. O juízo, após encerrada a fase postulatória, pronunciou, quanto a um deles, a prescrição do direito subjetivo afirmado pelo autor. Em relação ao outro pedido, designou audiência de instrução e julgamento.

Quanto ao pedido que fora julgado, cabe:

- A) apelação.
- B) nenhum recurso, pois se trata de matéria irrecorrível antes da sentença.
- C) agravo de instrumento.
- D) agravo interno.

DIREITO PENAL

Questão 58

Sobre os institutos da desistência voluntária, do arrependimento eficaz e do arrependimento posterior, assinale a opção correta.

- A) A natureza jurídica do arrependimento posterior é a de causa geradora de atipicidade absoluta da conduta, de forma que o autor não responde pela tentativa, mas pelos atos até então praticados.
- B) Crimes de mera conduta e formais comportam arrependimento eficaz, uma vez que, encerrada a execução, o resultado naturalístico pode ser evitado.
- C) A desistência voluntária e o arrependimento eficaz, espécies de tentativa "abandonada", passam por três fases: o início da execução, a não consumação e a interferência da vontade do próprio agente
- D) O agente que, voluntariamente, desiste de prosseguir na execução ou impede que o resultado se produza responderá pelo crime consumado, porém com uma causa de redução de pena de um a dois terços.

Questão 59

Segundo o Direito Penal brasileiro, a eutanásia praticada quando a vítima encontra-se em estado terminal e desenganada pelos médicos e autoriza expressamente sua morte assistida, constitui hipótese de:

- A) causa de exclusão da culpabilidade do fato.
- B) crime cometido em situação compatível com o perdão judicial.
- C) crime de homicídio doloso privilegiado.
- D) homicídio doloso praticado através do consentimento do ofendido, causa supra legal de exclusão da ilicitude do fato.

Questão 60

O ato em que o sujeito esgota, segundo seu entendimento, todos os meios a seu alcance para consumir a infração penal, sendo que esta somente deixa de ocorrer por circunstâncias alheias à sua vontade, é denominado:

- A) tentativa imperfeita.
- B) crime de consumação imprópria
- C) crime falho.
- D) tentativa branca ou incruenta.

Questão 61

Com relação aos princípios de direito penal, analise as afirmativas a seguir.

- I. Os crimes praticados na vigência das leis temporárias, quando criadas por estas, se sujeitam aos efeitos da abolição criminis em razão do término de sua vigência.
- II. Os crimes praticados na vigência das leis temporárias, quando criadas por estas, não se sujeitam aos efeitos da abolição criminis em razão do término de sua vigência.
- III. A criação de novo tipo penal incriminador em certos casos poderá ser realizado por meio de medida provisória, sem que haja ofensa ao princípio da reserva legal.

Assinale:

- (A) se nenhuma afirmativa estiver correta.
- (B) se somente afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.

Questão 62

A legítima defesa putativa, produto de um erro de tipo permissivo inevitável, em que o agente erra a respeito da situação fática de agressão, exclui:

- A) a culpabilidade e o crime.
- B) a punibilidade em abstrato isentando de pena.
- C) a ilicitude e o crime.
- D) responsabilidade penal por dolo e culpa.

Questão 63

Em relação ao crime continuado e a jurisprudência pacificada nos nossos tribunais superiores a seu respeito:

- A) é admissível ainda que entre as condutas decorra prazo de tempo superior a 30 dias, mas desde que satisfeitos todos os demais requisitos legais.
- B) Admite-se para certos casos modalidade específica, ocasião em que a pena do crime mais grave poderá ser aumentada até o triplo.
- C) Não se considera o número de infrações cometidas, mas tão somente sua gravidade, para fins de cálculo do quanto de acréscimo à pena aplicável.
- D) é inadmissível seu reconhecimento nos crimes dolosos contra a vida como por exemplo o homicídio.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Questão 64

Após ser instaurado inquérito policial para apurar a prática de um crime de lesão corporal culposa praticada na direção de veículo automotor (Art. 303 da Lei nº 9.503/97 – pena: detenção de seis meses a dois anos), foi identificado que o autor dos fatos seria JOSUÉ, que, em sua Folha de Antecedentes Criminais, nada constava, apenas UM inquérito policial em andamento sobre lavagem de capitais e evasão de divisas, na Polícia Federal do Estado do Mato Grosso.

Encaminhados os autos ao Ministério Público, foi oferecida denúncia em face de JOSUÉ pelo crime previsto no artigo 303 da lei 9.503/97. Com fundamento no inquérito em andamento sobre evasão de divisas e lavagem de capitais ainda não concluído, foi requerida a sua prisão preventiva. Recebidos os autos, o juiz competente decretou a prisão preventiva, reiterando os possíveis crimes do inquérito em andamento e destacando que essa circunstância faria com que todos os requisitos legais estivessem preenchidos.

Ao ser intimado da decisão, o(a) advogado(a) de JOSUÉ deverá requerer

- A) o relaxamento da prisão dele, pois ela é ilegal.
- B) o relaxamento da prisão dele, tendo em vista que a prisão, em que pese ser legal, é desnecessária.
- C) a revogação da prisão dele, tendo em vista que, em que pese ser legal, é desnecessária.
- D) a liberdade provisória dele, ainda que com aplicação das medidas cautelares alternativas.

Questão 65

Sobre a extinção da punibilidade, assinale a afirmação verdadeira:

- A) a extinção da punibilidade só pode ser arguida durante a primeira fase do júri.
- B) em qualquer fase do processo, o juiz, se reconhecer extinta a punibilidade, deverá declará-lo de ofício.
- C) o juiz só poderá reconhecer a extinção da punibilidade se o réu não possuir antecedentes criminais.
- D) abolitio criminis é a descriminalização de certa conduta até então considerada criminosa, extinguindo todos seus efeitos, somente após condenação, de forma retroativa.

Questão 66

Suplício é Senador. Após o fim de seu mandato, ele comete o crime de Perigo de contágio venéreo, previsto no artigo 130 do CP (Expor alguém, por meio de relações sexuais ou qualquer ato libidinoso, a contágio de moléstia venérea, de que sabe ou deve saber que está contaminado) contra sua ex-namorada. O crime foi motivado por vingança, já que ela rasgou as fotos de outra ex-namorada. A competência para julgar tais fatos será

- A) da Justiça Federal
- B) da Justiça Estadual
- C) do Supremo Tribunal Federal
- D) do Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

Questão 67

Assinale a opção incorreta no que se refere a procedimentos e nulidades.

- A) a nulidade relativa, deve ser arguida na primeira oportunidade, sob pena de convalidação.
- B) a apresentação de todas as teses de defesa na resposta à acusação é mera faculdade processual do advogado, porém a falta de concessão de prazo para a sua apresentação gera nulidade.
- C) decisão proferida por juiz impedido gera nulidade absoluta.
- D) o interrogatório do réu é ato privativo do juiz, sendo dispensável a presença de defensor.

Questão 68

Um Delegado de Polícia, ao tomar conhecimento de um suposto crime de ação penal pública condicionada, determina, de ofício, a instauração de inquérito policial. Após adotar diligência, verifica que, na realidade, a conduta investigada era atípica. Considerando as informações narradas, o advogado deverá esclarecer que a autoridade policial

A) deverá arquivar imediatamente o inquérito, fazendo a decisão de arquivamento por atipicidade coisa julgada material.

B) não poderá arquivar imediatamente o inquérito, mas deverá encaminhar relatório final ao Poder Judiciário para arquivamento direto e imediato por parte do magistrado.

C) deverá elaborar relatório final de inquérito e, após o arquivamento, poderá proceder a novos atos de investigação, independentemente da existência de provas novas.

D) não deveria ter instaurado inquérito policial sem a condição objetiva de procedibilidade, que é a representação do ofendido.

Questão 69

Kelorota, após responder ao processo cautelarmente presa, foi condenada à pena de 4 anos e 8 meses de prisão em regime inicialmente fechado. Seu advogado requereu comutação de sua pena com base em decreto presidencial. Tal requerimento foi deferido pelo magistrado competente. O membro do Ministério Público, inconformado com tal decisão, interpôs recurso.

Sobre o caso apresentado, assinale a afirmativa que menciona o recurso e o respectivo prazo a ser interposto:

A) agravo em execução, no prazo de 10 (dez dias);

B) recurso em sentido estrito, no prazo de 05 (cinco dias);

C) agravo em execução, no prazo de 05 (cinco dias);

D) resposta à acusação, no prazo de 10 (dez dias).

DIREITO DO TRABALHO**Questão 70**

Joaquim Ferreira trabalha na empresa XPTO Ltda. há dez anos, exercendo a função de mecânico, de segunda a sexta-feira das 8h às 17h, com uma hora de intervalo para refeição e descanso.

No entanto, no dia 28/05/2019, Joaquim sofreu um acidente, enquanto manuseava um maquinário da empresa, o que implicou no seu afastamento por seis meses, com a percepção de auxílio doença acidentário.

Desta forma, insatisfeito com as condições de trabalho, Joaquim lhe procura na condição de advogado e lhe questiona acerca de alguns períodos de labor que não foram computados como tempo de serviço.

Assim sendo, nos termos da CLT, e para efeito de

indenização e estabilidade, será computado como tempo de serviço

A) o tempo de permanência do empregado nas instalações da empresa, por sua própria escolha, para descanso.

B) o período em que o empregado estiver afastado do trabalho por motivo de acidente do trabalho.

C) o tempo de permanência do empregado nas instalações da empresa, por sua própria escolha, para realizar higiene pessoal.

D) o período em que o empregado permanecer na empresa, por sua própria escolha, em razão de fato que gere insegurança para sua saída.

Questão 71

Priscilinha busca ser indenizada pelos danos extrapatrimoniais sofridos pela empresa "Mundo da Moda" Ltda., e ingressa com Reclamação Trabalhista no dia 20/02/2019, de forma sequencial a sua dispensa imotivada, mas que se operou de forma humilhante, frente aos demais colegas de trabalho.

Diante do exposto, nos casos de danos extrapatrimoniais trabalhistas, se julgar procedente o pedido, o juízo fixará a indenização a ser paga para Priscilinha, em um dos seguintes parâmetros:

A) ofensa de natureza leve, até cinco vezes o limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social.

B) ofensa de natureza média, até dez vezes o último salário contratual do ofendido.

C) ofensa de natureza grave, até vinte vezes o último salário contratual do ofendido.

D) ofensa de natureza grave, até vinte o limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social.

Questão 72

Igor Maciel é empregado da empresa de entregas Zas Trás Ltda., prestando serviços como motociclista, entregando todo tipo de encomendas, até mesmo material inflamável. No caso hipotético narrado e de acordo com a CLT, Igor tem direito ao adicional de

A) periculosidade, no percentual de 30% sobre o salário base, por se tratar de trabalhador em motocicleta e insalubridade, no percentual de 40% sobre o salário mínimo, pela exposição a inflamável.

B) periculosidade, no percentual de 30% sobre o salário base, por se tratar de trabalhador em motocicleta.

C) insalubridade, no percentual de 30% sobre o salário base, pela exposição a inflamável.

D) penosidade, no percentual de 40% sobre o salário mínimo, pelo trabalho sujeito às intempéries climáticas e a acidente de trânsito.

Questão 73

Paulo era sócio de um posto de gasolina, conjuntamente com Igor e Sanchez. No entanto, no ano de 2019, Sanchez opta por traçar novos horizontes profissionais e se retira da sociedade, com a devida averbação da modificação do contrato nos órgãos competentes. Não se confirmou nenhuma fraude na alteração societária. Tendo em vista a responsabilidade de Sanchez por eventuais obrigações trabalhistas dos empregados do posto de gasolina, nos termos da legislação vigente, é correto afirmar que a responsabilidade do sócio retirante é

A) subsidiária, relativa ao período em que figurou como sócio, somente em ações ajuizadas até dois anos depois de averbada a modificação do contrato, desde que observada a ordem de preferência de cobrança, primeiramente, da empresa devedora, depois dos sócios atuais e por último dos sócios retirantes.

B) subsidiária, relativa ao período em que figurou como sócio, somente em ações ajuizadas até cinco anos depois de averbada a modificação do contrato, desde que observada a ordem de preferência de cobrança, primeiramente, da empresa devedora, depois dos sócios atuais e por último dos sócios retirantes.

C) solidária, relativa ao período em que figurou como sócio, somente em ações ajuizadas até dois anos depois de averbada a modificação do contrato, desde que observada a ordem de preferência de cobrança, primeiramente, da empresa devedora, depois dos sócios atuais e por último dos sócios retirantes.

D) subsidiária, relativa ao período em que figurou como sócio, somente em ações ajuizadas até dois anos de sua saída, desde que observada a ordem de preferência de cobrança, primeiramente, da empresa devedora, depois dos sócios atuais e por último dos sócios retirantes.

Questão 74

Matias é motorista da família Silva prestando seus serviços três dias da semana, no qual leva e busca as crianças na escola. Felícia é jardineira exercendo suas atividades para a família Silva quatro vezes por semana. Gilberto faz faxina na residência da família Silva uma vez por semana. E, por fim, Deise é acompanhante da matriarca da família Silva duas vezes por semana. Nestes casos, observando-se o requisito temporal e considerando que os demais requisitos legais estão presentes, tratam-se de empregados domésticos

A) Matias e Felícia, apenas.

B) Matias, Felícia e Deise, apenas.

C) Matias, e Deise, apenas.

D) Matias, Felícia, Gilberto, apenas.

Questão 75

A empresa "I Love You" Ltda. celebrou acordo coletivo de trabalho com o sindicato da categoria profissional, objetivando a redução do intervalo intrajornada de seus empregados para 30 (trinta) minutos. Diante da situação proposta, assinale a alternativa correta, considerando a legislação atual.

A) O acordo coletivo de trabalho é ilegal, pois a redução do intervalo depende de autorização do Ministério do Trabalho e Previdência Social.

B) O acordo coletivo de trabalho é ilegal, pois não está em conformidade com o entendimento sumulado do Supremo Tribunal Federal.

C) Não há óbice legal à mencionada redução do intervalo por meio de acordo coletivo de trabalho.

D) O acordo coletivo de trabalho é ilegal, mas o empregador ficará obrigado apenas a remunerar o período remanescente do intervalo não usufruído regularmente.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO**Questão 76**

Fernandinha e sua ex-empregadora "Amor&Amor" Ltda. pretendem ingressar com Processo de Jurisdição Voluntária para Homologação de Acordo Extrajudicial perante a Justiça do Trabalho, uma vez que houve rescisão do contrato de trabalho. Neste caso, e nos termos da lei, a ação:

A) será ajuizada por petição conjunta, sendo facultada às partes a representação por advogado comum, sendo que as verbas rescisórias devem ser quitadas até dez dias contados a partir do término do contrato.

B) será ajuizada por petição conjunta, mas com advogados diferentes para cada parte, sendo que as verbas rescisórias devem ser quitadas até dez dias contados a partir do término do contrato.

C) poderá ser proposta por uma das partes, sendo que as verbas rescisórias devem ser quitadas até dez dias contados da data do ingresso com a ação.

D) poderá ser proposta por uma das partes, sendo que as verbas rescisórias devem ser quitadas até a data da audiência ou no prazo determinado pelo juiz.

Questão 77

Maria, residente na cidade de Piracicaba, foi contratada na cidade de Indaiatuba para trabalhar como agente comercial de uma empresa de seguros cuja sede é na cidade de São Paulo. Maria estava subordinada à filial de cidade de Campinas. Maria prestava seu labor deslocando-se na venda de seguros entre as cidades de Hortolândia, Americana e Sumaré. Encerrado o contrato de trabalho por culpa da empresa, Maria pretende pleitear judicialmente suas verbas rescisórias. Considerando que em todas as cidades citadas existe Vara Especializada da Justiça do Trabalho, assinale a alternativa correta, acerca do local de propositura da Reclamação Trabalhista.

- A) A Vara competente é a de Piracicaba por ser o local de domicílio de Maria.
- B) Compete à Vara de Campinas, onde está localizada a filial à qual Maria está subordinada.
- C) A Cidade de São Paulo, onde está localizada a sede da empresa.
- D) A cidade de Indaiatuba, local onde Maria foi contratada.

Questão 78

De acordo com a legislação processual trabalhista, a ausência do reclamante à audiência importa o arquivamento da ação. Considerando o disposto na Lei nº 13.467/2017, nesse caso, este será condenado ao pagamento das custas

- A) ainda que beneficiário da justiça gratuita, salvo se comprovar, no prazo de quinze dias, que a ausência ocorreu por motivo justificável a critério do juiz da causa, e o pagamento das custas será condição para a propositura de nova demanda.
- B) salvo se beneficiário da justiça gratuita, mas deverá comprovar, no prazo de dez dias, que a ausência ocorreu por motivo legalmente justificável, caso contrário não poderá demandar dentro do prazo de 1 ano.
- C) ainda que beneficiário da justiça gratuita, salvo se comprovar, no prazo de quinze dias, que a ausência ocorreu por motivo legalmente justificável, e o pagamento das custas será condição para a propositura de nova demanda.
- D) salvo se beneficiário da justiça gratuita, mas deverá comprovar, no prazo de quinze dias, que a ausência ocorreu por motivo legalmente justificável, caso contrário não poderá demandar dentro do prazo de 2 anos.

Questão 79

Na Justiça do Trabalho, assegura(m)-se às empresas públicas e sociedades de economia mista

- A) os mesmos prazos processuais destinados às empresas privadas.
- B) o prazo em dobro para recorrer e em quádruplo para contestar a reclamação.
- C) a isenção de preparo do agravo de instrumento.
- D) a faculdade de não se submeterem ao rito sumaríssimo.

Questão 80

Solange ajuizou reclamação trabalhista contra sua ex-empregadora empresa XYZ Ltda., sendo que deixou de comparecer na data da audiência designada, ocasionando o arquivamento do feito. Ingressou com nova reclamação trabalhista, idêntica à primeira, sendo que na audiência e perante o juiz, desistiu expressamente do feito, com a concordância da empresa. Solange

- A) deverá aguardar um ano para propor nova ação.
- B) deverá aguardar seis meses para propor nova ação.
- C) não necessitará aguardar nenhum prazo, podendo ingressar imediatamente com nova ação.
- D) não poderá mais ingressar com nova ação.